

MULHERES NEGRAS NO DESIGN: interseccionalidades entre gênero e raça e o campo de design no Brasil

BLACK WOMEN IN DESIGN: intersectionalities between gender and race and the design field in Brazil

Catarina Costa de Souza, doutoranda, ESDI/UERJ

csouza@esdi.uerj.br

Arthur Henrique Silveira de Souza, mestrando, ESDI/UERJ

art.arthursilveira@gmail.com

Zoy Anastassakis, doutora, ESDI/UERJ

zoy@esdi.uerj.br

Resumo

Este artigo pretende discutir a realidade de mulheres negras¹, partindo do panorama do ensino superior e, mais especificamente, no campo do design. As mulheres negras têm sido o grupo que sofre maior desvantagem na sociedade, pois enfrenta tríplice viés de opressão, através da intersecção entre raça, gênero e classe. Ainda assim, estas têm conseguido se mover socialmente. Este artigo tem por objetivo trazer uma discussão sobre a invisibilidade das mulheres negras e como elas têm utilizado o acesso ao ensino superior e campos majoritariamente brancos e masculinos como meio de resistência contra o racismo. Por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa exploratória, apresentamos alguns dados sobre o acesso dessas mulheres ao ensino superior no Brasil, e suas atuações no campo do design e da tecnologia, a fim de dar início a uma análise sobre as ações que as destacam na luta contra o racismo e o machismo.

Palavras Chave: Mulheres negras; Design e identidade; Design e negritude; Política de cotas.

Abstract

This article aims to discuss the reality of black women, starting from the panorama of higher education and, more specifically, in the design field. Black women have been the most disadvantaged group in society, as they face a triple bias of oppression, through the intersection of race, gender, and class. Still, they have been able to move socially. This article aims to bring a discussion about the invisibility of black women and how they have used access to higher education and mostly white and male fields as a means of resistance against racism. Through a bibliographic survey and exploratory research, we present some data on the access of these women to higher education in Brazil, and their actions in the field of design and technology, in order to start an analysis of the actions that make them stand out in the fight against racism and sexism.

Keywords: Black women; Design and identity; Design and racial blackness; Quota policy.

¹ Termo usado pelo IBGE para denominar pessoas pretas e pardas.

1 Introdução

O presente artigo pretende se debruçar sobre a realidade das mulheres negras, partindo do panorama do ensino superior no Brasil e, mais especificamente, no campo do design. As mulheres negras têm sido o grupo que sofre maior desvantagem na sociedade desde o período colonial e escravista, pois enfrenta tríplice viés de opressão, na intersecção entre raça, gênero e classe. Desde quando se dedicavam a labores físicos junto com os homens, no período de exploração da escravidão, além dos seus esforços para apoiar seus companheiros e de todo o cuidado para com os filhos, estas tem sido invisibilizadas no reconhecimento de seus trabalhos e empenho para mudar a realidade sua vida e de sua família, e, principalmente, no apagamento de sua intelectualidade nos espaços acadêmicos, que possuem um histórico predominantemente brancos, masculinos e elitizados.

Com o intuito de atender à metrópole portuguesa, e à elite branca, foram criadas as primeiras instituições educacionais no Brasil. Já a população negra enfrentou a discriminação e a exclusão, e, ao longo do tempo, mesmo após o “fim” do período escravista, o sistema educacional preservou essas desigualdades. Como comenta a filósofa Sueli Carneiro (2023), controlar o acesso à educação foi um dos dispositivos para perpetuar a estrutura racial e social hierarquizada, perdurando privilégios para pessoas brancas enquanto nega oportunidades a pessoas negras.

No contexto do acesso ao ensino superior, essa diferenciação tem sido explícita. Os institutos de ensino, dominados por pessoas brancas, refletiram uma série de fatores históricos, sociais, culturais e econômicos que limitaram o ingresso de grupos minoritários. Carneiro (2023) explicita que o sucateamento do ensino público coincidiu com a capacidade da classe média branca de pagar por escolas particulares, muitas vezes de melhor infraestrutura e recursos, escancarando ainda mais a desigualdade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2018, a população negra representa a maior parte dos cidadãos brasileiros. Entretanto, essas pessoas ainda são as mais penalizadas socialmente, no Brasil, em termos de falta de oportunidades, desigualdade social e má distribuição de renda.

As mulheres negras têm se movimentado e alcançado índices de desenvolvimento antes inimagináveis. E elas vem mantendo um protagonismo, que se desdobra desde a época da escravização, quando foram as que primeiro fizeram a ponte entre a casa grande e a humanização de companheiros escravizados, até os dias atuais, em que alcançam boas posições educacionais, apesar das adversidades.

Esta comunicação tem por propósito levantar uma discussão sobre a invisibilidade de mulheres negras e suas formas de luta para sobreviver ao sistema racista, utilizando-se do ensino superior como meio de mobilidade social. A metodologia utilizada foi levantamento bibliográfico, reunindo autores que comentam sobre negritude e sociedade, histórico racista da educação no Brasil, cotas raciais e o acesso dessas mulheres no ensino superior no Brasil. Com isso, buscamos dar início a uma análise sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres negras na sociedade brasileira, as ações que as destacam na luta contra o racismo, o machismo e o elitismo, com foco para sua inserção nos estudos de nível superior em design. A isso, adicionamos, também, parte de uma pesquisa exploratória, que compila alguns exemplos de trabalhos que têm como destaque o estudo sobre mulheres negras nos campos do design e da tecnologia.

2 Histórico do ensino no Brasil

A racialização da educação no Brasil remonta ao período colonial, quando a violência e as interações entre diferentes grupos deram origem à nação brasileira (RIBEIRO, 1999). Ao longo da história, o racismo estrutural tem permeado a sociedade, resultando na exclusão de grupos minoritários do acesso à escolarização pública. A educação, historicamente, foi utilizada como instrumento de reprodução das desigualdades sociais, com as escolas públicas gerindo a pobreza e as privadas reforçando o status das classes médias e elites.

Durante vários séculos, quase até a promulgação da Constituição de 1988, uma parte enorme da população brasileira ficou excluída ou teve acesso bastante limitado à educação pública como consequência do que Foucault denominou “racismo de Estado”. Não que este tenha se constituído como decisão unívoca, consciente e voluntária do Estado, porém, o afastamento da instrução pública da maior parte da população ilustra uma forma de “racionalidade” desenvolvida em função do que havia à disposição no desenvolvimento histórico deste estado-nação. Até 1888, dispunha-se de uma população escrava e de um verdadeiro reservatório de força braçal e quase animal dedicado à extração de matéria-prima e manufaturas rudimentares. O processo de industrialização, iniciado nas décadas posteriores à abolição da escravatura, não promoveu aqui a mudança radical no trabalho experimentada nos países centrais (BESERRA; LAVIGNER, 2018, p. 107).

Segundo Beserra e Lavignera (2018), a racialização da educação no Brasil evidencia a necessidade de um questionamento profundo sobre as raízes do racismo no sistema educacional e na sociedade como um todo. A superação dessas barreiras exige uma reforma profunda do sistema educacional, visando a promoção de uma cidadania mais sólida e a inclusão de todos os grupos étnico-raciais. A compreensão da complexidade dessas questões é essencial para a construção de políticas educacionais mais justas e igualitárias, capazes de combater o racismo e promover a equidade no ambiente escolar.

Expressa uma racionalidade governamental que se desobriga de qualquer explicação sociológica e justificação política pelos danos socioeconômicos que provoca nas camadas sociais menos favorecidas. A politização da “raça” e da diferença acaba por despolitizar as relações de classes e dominação, tornando desnecessária uma reforma profunda do sistema educacional e o acesso do maior número a uma cidadania mais sólida, ao contrário da atual proliferação de cidadanias abstratas (negra, gay, quilombola) promovidas pelos textos oficiais (BESERRA; LAVIGNER, 2018, p. 141).

Já Carneiro (2023) comenta que controlar o acesso à educação é um dos dispositivos de racialidade que garante e perpetua a estrutura social hierarquizada que beneficia e garante privilégios para pessoas brancas. Pois alcançar a educação é parte importante para a promoção de equidade e justiça social, sendo assim, é fundamental negar esse acesso às pessoas negras. A autora também aponta que, para as classes subalternas, ter educação formal é um modo efetivo de garantir a ascensão social no Brasil, e, por isso, regular a distribuição de oportunidades de acesso educacional é um controle social racialmente hierarquizado. Através desse controle, tem-se proporcionado a exclusão social dos negros e garantido a mobilidade social de pessoas brancas de classes subalternas, o que tem garantido o embranquecimento da classe média e dos lugares de poder e de acesso à renda (CARNEIRO, 2023).

No livro "Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano" (2019), Grada Kilomba nos lembra que as diversas vozes marginalizadas só podem reconfigurar a noção de conhecimento através da transformação das estruturas de poder. O que implica que o conhecimento tem um papel central na sociedade e que suas bases são legitimadas tanto no meio acadêmico quanto na vida social. Kilomba indaga, ainda, sobre quem tem o poder de acessar o conhecimento e a ciência, e que isto está ligado à autoridade racial². Do ponto de vista histórico, pessoas negras, de modo geral, não têm voz na ciência ou na academia. Os teóricos brancos desenvolveram discursos que colocam pessoas negras como o "outro", inferior ao branco. A questão não é que as pessoas negras não tenham falado, mas, sim, que o sistema racista desqualifica e considera inválidos os conhecimentos por elas produzidos. Isso ocorre porque a academia é um campo de violência, e qualquer forma de saber que não seja eurocêntrica é rejeitada por não ser validada como ciência (KILOMBA, 2019).

No Brasil houve a institucionalização do racismo na educação, como na Constituição do Império, de 1824, no art.6, que não reconhecia pessoas negras escravizadas como cidadãos, já que muitos eram africanos de nascença, e assim não poderiam frequentar a escola. Já o Decreto nº 13.331, de 1854, que regulamentou a reforma do ensino primário e secundário, instituindo a obrigatoriedade da escola primária para as crianças maiores de sete anos, no art. 69 proíbe a matrícula e frequência de pessoas escravizadas e crianças com doenças contagiosas nas escolas. Bem como uma Lei Complementar à Constituição do Império, de 1824, que determinava que era proibido aos negros escravizados e aos leprosos frequentar escolas.

Assim, Flores (2017) aponta que, no Brasil colônia, não havia nenhum planejamento de se instituir o ensino superior, até a chegada da família real, em 1808. O que havia eram instituições de ensino jesuítas, que funcionavam com a finalidade de catequizar os indígenas, o que consistia em fazê-los aceitar mais docilmente o trabalho para os colonos. E, ainda, existia o curso de letras humanas, que possuía a mesma estrutura dos cursos universitários, mas este, do Brasil, não tinha o mesmo reconhecimento, o que levava os estudantes a procurar as universidades da Europa, tal como a Universidade de Coimbra, onde realizavam exames de equivalência, para continuar seus estudos para a formação de profissões liberais (FLORES, 2017). Assim, as pessoas que podiam estudar e se formar como profissionais liberais eram os filhos das famílias ricas (FLORES, 2017).

No que tange a educação, vale ressaltar os liceus. Um exemplo é a Academia Imperial de Belas Artes, que surgiu a partir das ideias de Joaquim Le Breton e da vinda da família real portuguesa, com a função de criar instituições de ensino nas artes liberais e mecânicas. Passados trinta anos, surge o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, fundado por Francisco Joaquim Béthencourt da Silva, com influências do academicismo das Belas Artes e das ideias de John Ruskin, visando uma pedagogia crítica à Revolução Industrial europeia, que defendia o ensino técnico e artístico unindo saber e fazer, em oposição à lógica moderna da produção industrial.

Muito antes de instalar-se o processo de industrialização no Brasil, em sua capital, introduzia-se uma pedagogia crítica à lógica da produção industrial, contemporânea e de vanguarda. O ensino técnico e artístico baseado no conceito ruskiniano partia do pressuposto de defesa do trabalho feito com prazer, para o qual o saber com o fazer, a atitude com a ação, integravam-se em um único sujeito. (Amaral; Diederichsen, 2021).

² Expressão que determina quem tem poder, validade e reconhecimento sobre a produção do conhecimento.

A Lei da Reforma Universitária, de 1968 (Lei nº 5540/68), estabelece novos padrões e estruturas para as universidades. Ela introduziu uma série de mudanças no sistema universitário brasileiro. Entre as principais, está a criação dos departamentos, a implementação do vestibular classificatório, o sistema de créditos e a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. E, também, a introdução do regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos professores, o que facilitou que estes se dedicassem plenamente às atividades acadêmicas, além da valorização de sua titulação e produção científica. Liderado pelo setor público, esse novo regime, além de profissionalizar os professores, modernizou e desenvolveu o setor da pós-graduação, consolidando, assim, a pesquisa científica no país (OLIVE, 2002).

Durante o período da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, os governos perceberam a formação de recursos humanos qualificados como uma estratégia para alcançar objetivos de segurança nacional e desenvolvimento econômico. Nesse contexto, as universidades públicas foram escolhidas como os principais locais para a criação de cursos de pós-graduação, inicialmente de mestrado e, posteriormente, de doutorado. As atividades de pesquisa também foram fortemente incentivadas. Nos trinta anos seguintes à implementação da Lei da Reforma Universitária, o Brasil conseguiu construir um sistema de pós-graduação robusto e eficaz, que se tornou um dos setores mais bem-sucedidos do sistema educacional brasileiro. Apesar do obscurantismo do período militar, esse sucesso foi resultado de um esforço conjunto entre os organismos representativos da comunidade científica, do corpo docente das instituições de ensino e pesquisa, e do Estado. A Constituição Federal de 1988 reforçou esses avanços, ao garantir o ensino público gratuito em todos os níveis e ao assegurar a autonomia das universidades (OLIVE, 2002).

Para o ensino técnico, o “Sistema S” tem papel fundamental na educação brasileira. Iniciando em 22 de janeiro de 1942, quando Getúlio Vargas criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a mais antiga organização do grupo, com o objetivo de qualificar a mão de obra e avançar na industrialização do país. Com a redemocratização em 1946, surgiram o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Social do Comércio (Sesc), com foco na melhoria das condições de trabalho e na educação profissional. Desde sua fundação, o Senai já formou mais de 70 milhões de alunos e possuindo cerca de 2,4 milhões de matrículas (Agência Brasil, 2020).

É importante ressaltar, entretanto, que as instituições de ensino têm sido dominadas predominantemente por pessoas brancas. Isto é resultado de uma série de fatores históricos, sociais, culturais e econômicos, que limitaram o acesso e a participação de mulheres e minorias étnicas nos ambientes acadêmicos. Carneiro (2023) aponta que, no início da República, os instrumentos de exclusão foram os de controle de acesso à escola pública e, posteriormente, passou a ser o controle a um ensino de qualidade.

Considerando, ainda, que pessoas negras representam a maior parte da população brasileira, com 55,8%, segundo o IBGE, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua 2018, demonstram que pretos e pardos são os mais penalizados quando observados os dados relativos a falta de oportunidades, desigualdade social e má distribuição de renda. Ainda segundo dados do IBGE (2019), que investigava a situação das mulheres brasileiras na educação e no trabalho, estas tinham crescido seus espaços de ocupação no campo da educação

formal, pois entre as mulheres com 25 anos ou mais, 19,4% completaram o ensino superior, em comparação aos homens, nesta mesma faixa etária, que alcançam 15,1%.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad Contínua Anual (2019), demonstra que mulheres negras eram 27% dos estudantes em instituições de ensino superior público em 2019. Em comparação ao que era realidade para mulheres e homens brancos, com 25% cada, e os homens negros, com 23%. Uma diferença significativa, se comparada a 2001, quando mulheres negras representavam 19% dos estudantes de ensino superior público. Dados do IBGE de 2023 apontam que o número de pessoas negras que acessaram o ensino superior aumentou 167% em dez anos. Uma diferença atribuída principalmente à Lei de Cotas, de 2012. Demonstrando que os esforços em promover a diversidade e inclusão neste setor tem tido algum progresso.

Entretanto, ainda que os números de 2023 sejam positivos, os desafios persistem, e há uma necessidade contínua de abordar a questão da desigualdade a partir da interseccionalidade entre os recortes de gênero, raça e classe. Já que as barreiras de acesso às instituições de ensino superior foram construídas a partir das discriminações contra grupos minoritários, é preciso que pesquisadores marcados por essas discriminações sejam, agora, aqueles que se dedicarão a produzir outras perspectivas de análise e leitura sobre tal realidade. Assim, quem sabe, se produzirá apontamentos resolutivos (Bispo dos Santos, 2015, 2023) para essas questões.

3 A política de cotas

Almeida (2019) comenta que o racismo institucional se caracteriza pela criação e manutenção de normas e práticas discriminatórias baseadas no conceito de raça. Esse tipo de racismo serve para preservar a hegemonia de um determinado grupo racial, prioritariamente homens brancos, em posições de poder, tanto em instituições públicas, como, por exemplo, o judiciário e reitorias de universidades, e em instituições privadas, como gestão de empresas. E, ainda, os mecanismos que perpetuam esta forma de racismo incluem regras discriminatórias, que podem ser explícitas ou implícitas, e dificultam a mobilidade social de pessoas negras e/ou mulheres a posições de destaque. E a falta de espaços para debater a desigualdade racial e de gênero contribui para a naturalização do domínio dos homens brancos.

É importante que as instituições tenham práticas antirracistas efetivas para combater o racismo institucional, adotando políticas internas, como a promoção da igualdade e da diversidade, o que envolve garantir que todas as relações internas dialoguem com o público externo; implementar práticas que facilitem a ascensão de minorias a posições de liderança e prestígio; estabelecer espaços contínuos para discussão sobre desigualdade racial e de gênero; e, por fim, estabelecer mecanismos para acolher e resolver conflitos raciais e de gênero (ALMEIDA, 2019).

Desta forma, em 2010, foi sancionada a Lei 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, atribuindo ao Estado e sociedade a responsabilidade em promover e assegurar a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos brasileiros, seja qual for a sua etnia ou cor de pele. Essa legislação menciona que uma das formas de assegurar a participação de grupos excluídos na sociedade, especialmente da população negra, é através de ações afirmativas. Essas ações são definidas como programas e medidas especiais implementadas pelo Estado e pela

iniciativa privada com o fim de corrigir e diminuir as desigualdades raciais e promover a igualdade de oportunidades (CARLOS, 2023).

Segundo Carlos (2023), em 2003, a Universidade de Brasília (UnB) deu um passo significativo em direção à inclusão social, étnica e racial, com a aprovação do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial. Esta iniciativa foi uma decisão autônoma do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da universidade, culminando em uma política pioneira no ensino superior brasileiro. Isto teve como resultado direto a Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília, elaborada pelos professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato. As discussões que levaram à formulação desta proposta começaram no final da década de 1990 e envolveram uma série de debates e questionamentos sobre a necessidade de medidas afirmativas para promover a diversidade e corrigir desigualdades históricas no acesso à educação superior. Com a aprovação do plano, a UnB passa a adotar a política de cotas para negras e negros em todos os seus cursos de graduação. Esta medida buscava aumentar a representatividade de estudantes negros na universidade e contribuir para a redução das disparidades raciais no acesso ao ensino superior, alinhando-se com um movimento mais amplo de ações afirmativas no país.

Em 2012, a política de cotas da UnB passou por uma significativa transformação, com a promulgação da Lei 12.711/2012. Esta lei passou a vigorar para todas as Instituições Federais de Ensino e instituiu um sistema de cotas sociais combinado com cotas raciais para pretos, pardos e indígenas, ampliando a abrangência e o impacto das ações afirmativas no Brasil (CARLOS, 2023).

Como ferramenta de combate a essas desigualdades, surgem as primeiras políticas de cotas raciais e sociais no Brasil, a partir de mudanças legais significativas que auxiliaram a inclusão e a representatividade nos espaços educacionais. Uma das universidades pioneiras a implementar políticas de cotas no Brasil foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), logo no início dos anos 2000. Essa mudança se deu através da Lei 3.524, de 2000, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sendo um marco ao reservar 50% das vagas para estudantes provenientes de escolas públicas. Posteriormente, essa iniciativa foi seguida pela Lei 3.708, de 2001, que destinou 40% das vagas para candidatos autodeclarados negros. Anos depois foi criada a Lei 8.121/2018, que estabelece a cota mínima de 20% para negros, indígenas e quilombolas, demonstrando um avanço contínuo na promoção da equidade racial.

Em seguida, leis como a 12.990/14 expandiram essas políticas para concursos públicos, fomentando a diversidade e inclusão a nível nacional. Os resultados podem ser vistos em estudos como o da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que mostraram um crescimento significativo da inserção de estudantes pretos e pardos, evidenciando o impacto positivo dessas deliberações. Mesmo com os avanços, os desafios persistem, especialmente na pós-graduação. Em 2020, dados da Plataforma Lattes mostraram que uma pequena parcela dos estudantes de pós-graduação era preta ou parda, com a maioria sendo branca. Dados da Liga de Ciência Preta Brasileira, em 2020, obtidos a partir da Plataforma Lattes, 2,7% dos estudantes são pretos, 12,7% são pardos, 2% são amarelos, menos de 0,5% é indígena e 82,7% são brancos.

As estudantes Débora Lopes e Carina Nascimento (2021), da Faculdade de Artes, Arquitetura, Comunicação e Design - FAAC, da Unesp (Universidade Estadual Paulista), realizaram um estudo sobre a presença de pessoas negras nos cursos de pós-graduação desta instituição. Os

números demonstram que apenas 4,5% dos alunos da pós-graduação em design se autodeclararam negros, destes 2,4% são mulheres e 2,1% são homens. Outro dado diz respeito ao corpo docente da pós-graduação da FAAC, onde 1,2% são mulheres negras e 1,2% são homens negros.

O caso digno de nota é o que foi comentado por Jonathan Nunes de Souza, que foi estudante cotista na graduação da ESDI³/UERJ, realizou o mestrado e atualmente é doutorando na mesma instituição. Em sua dissertação, ele descreve como a política de cotas foi crucial para sua trajetória educacional. Essa oportunidade transformou não apenas a sua vida, mas, também, a de todos ao seu redor. Segundo ele,

[...] viver um processo de escolarização que permitisse trilhar um caminho até o ensino superior para uma pessoa de origem periférica no Brasil não era comum. Entrar para a universidade não foi uma possibilidade para a maior parte da minha família. Os meus pais, por exemplo, não tiveram a oportunidade de completar a escola primária. As minhas irmãs mais velhas não tiveram, ainda, a oportunidade de fazer um curso universitário. Arcar com os custos de seus filhos na escola, para famílias pobres, não era trivial. Às vezes, os filhos mais velhos precisavam trabalhar desde cedo para ajudar a prover o sustento de suas casas, e, sendo assim, não davam continuidade aos estudos. Essa situação se transformou em minha família em 2009, quando eu fui aprovado como cotista no vestibular para o curso de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) (Souza, 2023, p. 39,40).

Ao analisar dados da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os desdobramentos das políticas de cotas são positivos. Desde a sua segunda edição, a primeira a analisar raça e cor, em 2003, e a última e mais recente, em 2018, observou-se um crescimento significativo da participação de pardos e pretos, passando de 5,9% de estudantes pretos e 28,3% pardos para 12,0% pretos (sendo esses quilombolas e não quilombolas) e 39,2% pardos. Ressaltamos que além das políticas citadas anteriormente, esse fenômeno foi impulsionado pelas criações do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, bem como pela Lei nº 12.711, de 2012, que estabeleceu cotas em âmbito nacional.

Em uma pesquisa conduzida dois anos após a promulgação da Lei de Cotas, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA-UERJ) já comprovava o caráter inclusivo dessa política pública. O grupo criou um Índice de Inclusão Racial (IIR) que revelou avanços significativos na inclusão racial nas universidades de diferentes regiões do país. Isso evidencia que as cotas não apenas promovem a diversidade, mas, também, funcionam como ferramenta de reparação histórica.

É fundamental destacar que as ações afirmativas implementadas pela Lei de Cotas buscam reparar as violências epistêmicas sofridas por grupos sociais historicamente discriminados. Como afirmado por Souza (2021), a promoção de uma reparação é um dos objetivos fundamentais dessas políticas, tendo em vista o contexto histórico de desigualdade racial no Brasil.

Além disso, as cotas surgem como vetores de promoção de discussões, que apontam para as questões raciais e convocam a sociedade a discutir o tema, como apontado por Segato

³ Escola Superior de Desenho Industrial.

(2005/2006). Elas tornam visíveis problemas que muitas vezes são ignorados, permitindo que as vítimas da discriminação amplifiquem as suas vozes, expressando suas demandas e experiências.

Apesar dos avanços proporcionados pelas políticas de cotas, é necessário, contudo, uma observação atenta sobre seu futuro e novos desafios. Guarnieri e Melo-Silva (2017) destacam a importância de superar a dicotomia entre a favorabilidade e a contrariedade às cotas, focando em pesquisas que identifiquem os avanços e desafios enfrentados por essas políticas públicas. O modelo de cotas epistêmicas, sugerido por Carvalho (2022), também surge como uma possibilidade para expandir a inclusão e a diversidade nas instituições de ensino superior.

É importante destacar que, nas últimas décadas, no Brasil, houve mudanças e lutas por inclusão e igualdade no acesso à educação. Dados do IBGE (2019) demonstram que, pela primeira vez, estudantes que se declaram pretos ou pardos são a maioria nas instituições de ensino superior na rede pública, com 50,3% do total. A mesma pesquisa demonstra que, entre 2016 e 2018, o índice de estudantes na faixa de idade entre 18 e 24 anos de idade, da população negra, no ensino superior, subiu de 50,5% para 55,6%. Um indicador importante para essa parcela da população, pois, conforme o boletim da pesquisa, o grau de escolaridade influencia em maiores retornos salariais. Mas é um indicador que ainda fica abaixo dos 78,8% de estudantes brancos, na mesma faixa de idade.

Ainda que exista uma nova realidade animadora, as pós-graduações das universidades públicas não corroboram com essa expectativa. Observando o ingresso no ensino superior por grupos que foram historicamente excluídos, a ascensão acadêmica ainda é limitada. É importante, então, que haja um esforço coordenado dos entes envolvidos para garantir maior acesso à pós-graduação por pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas.

4 Mulheres negras no design

Diante dessas observações, é importante destacar iniciativas que buscam combater as opressões no campo do design e promover maior conscientização sobre os temas discutidos acima. Essas iniciativas são fundamentais para desafiar as estruturas de poder existentes, fomentando espaços mais inclusivos e equitativos. Nesse contexto, há iniciativas que demonstram como mulheres negras têm aberto campos de atuação para si e para outras mulheres.

Elizabeth “Dori” Tunstall (2023) é formada em Antropologia pela Bryn Mawr College e Ph.D pela Stanford University, na mesma área. Foi professora da Universidade de Tecnologia de Swinburne, em Melbourne, Austrália, e reitora da Universidade de Arte e Design de Ontário (OCAD U), no Canadá. Atualmente, lidera uma instituição que leva seu nome, e que tem por objetivo promover inclusão e diversidade por meio do design. Ela aponta ter sido a primeira mulher negra reitora de design em qualquer universidade do mundo, e comenta que, naquele contexto, tinha como missão tornar o corpo docente mais diversificado. Assim, quando sai do cargo deixa seis professores negros e sete indígenas na área de design, na OCAD. A autora pondera, então, sobre os valores culturais da supremacia branca, que são impostos ao design e aponta que "o design, como imaginado no projeto modernista, é a maneira pela qual esses valores da cultura da supremacia

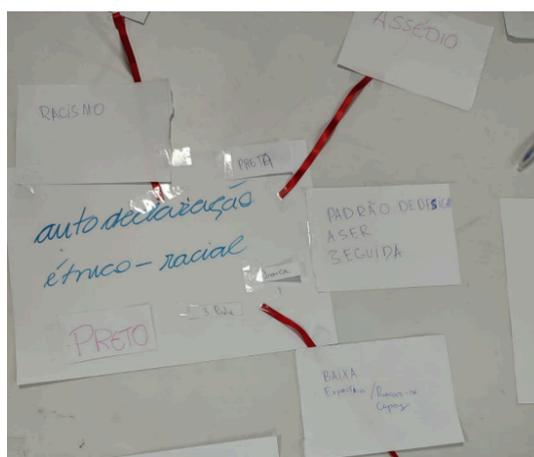
branca foram tangibilizados no mundo" (TUNSTALL, 2023, p. 34)⁴.

Tunstall (2023) ressalta a necessidade vital de reconhecer e valorizar as contribuições dos designers negros, além de outras vozes marginalizadas, para realmente promover a diversidade, equidade e justiça no campo do design. Enfatiza, também, que é crucial incluir essas perspectivas diversas e experiências sub-representadas, pois só assim se pode desafiar as estruturas coloniais que ainda existem. Construir um campo de design mais inclusivo e representativo não é apenas uma questão de justiça social, mas, também, de enriquecer o próprio fazer design. Nesta abordagem, ao abraçar a diversidade, contribui significativamente para a transformação e atualização do campo do design, movendo-o em direção a práticas mais justas e igualitárias.

Minha aspiração é que o Design Descolonizador mostre as possibilidades atuais e futuras do design. Ele aborda o design de uma perspectiva muito mais ampla do que a criação de objetos, gráficos, ambientes e interações, porque descolonizar o design requer que quebre nossas suposições básicas do que é design e do que ele tem sido, e então reconstruamos um novo com uma compreensão mais inclusiva de suas teorias e práticas (Tunstall, 2023, p. 10,11)⁵.

Ainda neste contexto, a dissertação de Yasmin Menezes (2023) se destaca. Ela apresenta a oficina "Tecido Social", que é introduzida como um modo de conscientização sobre as opressões no processo de formação acadêmica. Durante o desenrolar da dinâmica, a autora se utilizou de fitas de cetim para demonstrar dinâmicas cotidianas de opressões. Na dinâmica proposta em sua pesquisa, as linhas vermelhas marcavam as dores causadas nos processos de formação em design. E, em um segundo momento, o trabalho se deu de forma virtual, em função do isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19. A discussão *online* aprofundou as vivências dos estudantes, destacando como as disparidades sociais e a pandemia influenciam suas experiências na ESDI/UERJ.

Figura 1 - Recorte das respostas da oficina "Tecido Social"



Fonte: Acervo da Yasmin Menezes. Crédito: Mariana Moraes.

⁴ Tradução nossa.

⁵ Tradução nossa.

Os relatos dos estudantes reforçaram a perspectiva da academia como um espaço de violência, apontando que o ensino de design continua perpetuando opressões. A diferença entre os perfis de professores e alunos evidencia um exercício de privilégio que afeta as relações no ambiente universitário. Contudo, também foram identificados espaços de resistência e colaboração que valorizam a pluralidade de experiências, demonstrando que, apesar dos desafios, existem possibilidades de transformação e transgressão dos saberes estabelecidos no campo do design.

Outro exemplo que ilustra como práticas colaborativas no campo do design e da arte não apenas estimulam a criatividade, mas também promovem a inclusão e a reflexão crítica sobre questões sociais, é comentado por Jonathan Nunes de Souza (2023), que em sua pesquisa de mestrado, realizou o programa de residência "Toca", concebido como uma proposta de acolhimento, funcionando como um ninho para artistas, curadores e designers desenvolverem seus projetos. O projeto visava criar um território para exposição de processos criativos, promover a experimentação e inovação, estimular o pensamento crítico e construir uma rede de colaboração local, principalmente na Lapa, Rio de Janeiro. Além disso, tinha como objetivo ampliar o acesso à arte e dar visibilidade a agentes historicamente marginalizados. A primeira edição da Toca ocorreu de julho de 2021 a janeiro de 2022, tendo como colaboradoras as artistas Ana Cláudia Almeida, Carla Santana, e Andrea Almeida, integrantes do coletivo Trovoa.

Neste projeto, as artistas tiveram acesso à espaços do ateliê, onde puderam desenvolver suas pesquisas e receber visitas de curadores, colecionadores e galeristas. Realizaram experimentações expográficas e curatoriais, exibidas em evento paralelo à Feira de Arte do Rio, a ArtRio 2021. Essa experiência foi enriquecedora não só para as artistas, mas, também, para os integrantes do Estúdio Rato Branco, que sediou o projeto. Para o pesquisador, que atua também como produtor e curador de arte, a residência proporcionou um espaço para transformar suas inquietações de trabalho e de pesquisa em matéria concreta para sua dissertação.

Ana Cláudia Almeida, designer de formação, assim como as outras artistas do Trovoa, ocupou a galeria, no térreo do edifício, com seus experimentos de pinturas em grande escala, aproveitando o amplo espaço e acesso direto à rua. Carla Santana e Andrea Almeida, que trabalham com argila, instalaram-se em uma sala no terceiro andar. As artistas também tiveram livre circulação por outras áreas do estúdio, como a cozinha coletiva e as demais instalações, adaptando os diferentes espaços do prédio para as suas práticas.

Figura 2 - Garagem Rato Branco ocupada por obras em processo de Ana Cláudia Almeida.



Fonte: Acervo do Jonathan Nunes.

Figura 3 - Ana Cláudia Almeida produzindo seus trabalhos.



Fonte: Acervo do Jonathan Nunes.

Além dos exemplos acima citados, diversas outras iniciativas na área do design e da tecnologia vem buscando incluir mais pessoas negras. Um exemplo notável é o Coletivo "UX para Minas Pretas", que desempenha um papel crucial na inclusão de mulheres negras no UX. O *User Experience* (UX), ou Experiência do Usuário, foca em criar interações fáceis e agradáveis entre usuários e produtos ou serviços digitais. Um "bom" design de UX não apenas simplifica o uso de aplicativos e *websites*, mas, também, melhora significativamente o dia a dia das pessoas, tornando a tecnologia mais acessível e eficiente. Para que o UX realmente atenda às diversas necessidades dos usuários, é essencial que haja diversidade entre os profissionais que desenvolvem essas experiências.

A área de UX ainda carece de estudos recentes sobre gênero e raça, mas a pesquisa Panorama UX da Saiba+ (2019) oferece apontamentos valiosos. Segundo a pesquisa, apenas 5% dos profissionais de UX são negros, mostrando uma grande subrepresentação. Embora não haja dados específicos sobre mulheres negras, sabemos que apenas 39% dos profissionais de UX são mulheres, revelando uma disparidade significativa de gênero. Além disso, 72% das posições de liderança em UX são ocupadas por homens, majoritariamente brancos, enquanto as mulheres ocupam apenas 28% destes cargos. Esses dados mostram o quanto ainda estamos longe de alcançar a equidade de gênero e racial na indústria de UX.

Por isso, surge o projeto "UX para Minas Pretas", como uma alternativa para formar e alavancar profissionais mulheres nesta área. Atualmente, UXMP é uma *edtech* que visa profissionalizar e inserir mulheres pretas no mercado de tecnologia e UX. Karen Santos [s.d.], uma das idealizadoras do programa, conta que a ideia inicial era realizar um *workshop* para cinco mulheres. Entretanto, quando ela lançou pesquisa de interesse na bolha de UXDesign na rede, o número de mulheres interessadas surpreendeu, demonstrando o interesse que mulheres negras tinham em estudar nesta área.

A iniciativa começou com a ideia de *workshop* para 5 mulheres ou 10, porque nós tínhamos um espaço para 24 pessoas. Aí eu lancei uma pesquisa, ela foi se disseminando na bolha do UX Design, e também do movimento negro, do feminismo negro. Para a minha surpresa, lancei a pesquisa na terça, na sexta-feira, haviam 310 mulheres. Foi um número muito significativo e mostra realmente o quão urgente é a gente falar com essas mulheres negras e introduzir elas dentro desses mercados de tecnologia, que é praticamente onde a gente não existe (Santos, 2019)⁶.

Já a plataforma PretaLab é um canal para mulheres negras e indígenas aperfeiçoarem conhecimento e se qualificarem, também, na área de tecnologia. Sil Bahia [s.d.], uma das fundadoras do projeto, aponta que o foco é democratizar as tecnologias, como forma de promover justiça social. Também defende que a inclusão de mulheres negras e outros grupos socialmente vulneráveis à tecnologia é fundamental por várias razões. Afinal, a tecnologia desempenha um papel central nas vidas das pessoas, moldando não apenas os modos com que se vive, se trabalha e se comunica, mas, também, influenciando gostos, escolhas e, em última instância, percepções de mundo.

O projeto PretaLab surgiu em 2017, a fim de identificar e apoiar mulheres negras no setor de tecnologia. A proposta inicial era expor a pouca presença destas mulheres no setor através de uma extensa pesquisa. O projeto foi se aprimorando, e hoje atua produzindo ciclos formativos e *workshops* com o propósito de qualificar tecnicamente mulheres negras e indígenas que desejam ingressar no setor de tecnologia. Também mantém um banco de dados de profissionais de várias especialidades na área de tecnologia, facilitando a aproximação entre essas profissionais e empresas. Além disso, presta consultoria para empresas, ajudando estas a entenderem a importância da diversidade nas contratações e a estarem preparadas para receber profissionais negras e indígenas em suas equipes (Erbert, 2023).

A dissertação de Ana Paula Medeiros Teixeira dos Santos, com o título "Tranças, turbantes e empoderamento de mulheres negras: artefatos de moda como tecnologias de gênero e raça no evento Afro Chic" (2017), evidencia como a cultura material, representada por tranças e turbantes, desempenha um papel crucial na afirmação de identidades e na luta contra a opressão racial e de gênero, promovendo a valorização da estética negra e fortalecendo o empoderamento das mulheres negras. Tendo o evento "Afro Chic", realizado em Curitiba, como foco de pesquisa, a dissertação examina as articulações entre gênero, raça e cultura material na construção dos corpos de mulheres negras em transição capilar. O "Afro Chic" é percebido como uma estratégia da Geração Tombamento, que é um movimento cultural que utiliza moda e estética como ferramentas políticas para desconstruir estereótipos negativos de raça e de gênero. Ao analisar os processos históricos vinculados à ideologia de branqueamento no Brasil, a dissertação busca entender as rejeições e resistências à estética negra no país. O trabalho investigou particularmente as oficinas de tranças e turbantes, que não apenas ensinam essas técnicas, mas, também, as vinculam à cultura afro-brasileira como um patrimônio cultural, incentivando uma percepção abrangente do corpo, incorporando diversos elementos que apontam para a diversidade e a riqueza das identidades afrodescendentes.

Outro trabalho é o de Horrana Porfirio [s.d.], que desenvolveu o projeto "Cadê os Pretos no Design", a partir de suas inquietações enquanto cursava a graduação em design na USP. Em seu

⁶ Entrevista de uma das idealizadoras para o site Medium.

artigo “A história do Cadê os Pretos no Design”, Porfirio narra que, durante uma discussão sobre a importância das cotas raciais, se deu conta de que era a única mulher negra que estava matriculada, naquele período, no curso de design. Além desta constatação, ela também relata que foi este o dia em que percebeu que não havia professores negros na unidade em que estudava.

E mais, a quantidade de alunos negros era muito menor do que a quantidade total de estudantes da faculdade. A partir disso, ela também notou que não conhecia nenhum designer negro. Por recomendação de um amigo, Porfirio conta que assistiu o mini-documentário “Emory Douglas: The art of The Black Panthers”. Em seguida, iniciou o projeto, que, a princípio, tinha o propósito de levantar nomes de profissionais negros em diversas áreas de atuação no campo do design. O projeto não se tornou uma pesquisa formal, mas originou outros trabalhos aos quais Porfirio vem se dedicando.

Estes são alguns exemplos de iniciativas de pessoas negras que utilizaram a formação acadêmica como meio de qualificação, subvertendo a lógica de exclusão e de desigualdade social impostas a este grupo tendo como foco estudar presenças negras no campo do design. E também apresentamos alguns trabalhos que têm a preocupação em demonstrar e promover mulheres negras no mercado de trabalho. Reuni-los, nesta comunicação, é um primeiro passo na direção de um levantamento de ações de reparação protagonizadas por pessoas negras, nos campos do design e da tecnologia, no Brasil.

5 Conclusão

No contexto de múltiplas opressões, mulheres negras têm buscado saídas para sua sobrevivência, e, contrariando as estatísticas, têm alcançado alguns lugares onde antes sua presença era impensável. Mas é inegável o imenso abismo entre os índices de qualidade de vida entre pessoas brancas e pessoas negras, em especial mulheres negras. Através da valorização de suas identidades, do empreendedorismo e da formação e reconhecimento de redes entre pares, estas tem procurado formas de superar a lógica da supremacia branca, e promover a diversidade e a inclusão nos espaços, incluindo os acadêmicos.

A educação no Brasil materializa essa estrutura, e, durante muito tempo, tem negado espaço às pessoas negras. Porém, a criação de cotas raciais e sociais veio de encontro a esse sistema, a fim de oportunizar que pessoas negras tenham mais acesso ao ensino formal. O primeiro passo já foi dado no que tange à graduação, dando espaço a mais estudantes negros. Entretanto, ainda há uma lacuna de inclusão na pós-graduação, o que reflete na ausência de professores negros nos cursos acadêmicos. O resultado da implementação das Lei de Cotas na pós-graduação será visto somente daqui a algum tempo, pois esta Lei foi reformulada somente em 2023 para estes programas.

No campo do design a perspectiva não é diferente. As mulheres sempre sofreram um apagamento, e quando focamos para o grupo de mulheres negras, a realidade do contexto social se repete. Estas têm encontrado caminhos para lutar contra as diversas formas de opressão impostas pela sociedade. Seja uma luta contra a imposição hegemônica eurocêntrica da vida social, da vida privada e no meio acadêmico. Ainda que o que se encontre sejam sucessivas formas de invisibilização do seu trabalho.

Este trabalho se propôs a demonstrar, por meio de dados quantitativos obtidos através de pesquisas estatísticas e de análises qualitativas, que mais da metade da população brasileira é negra. No entanto, a presença de negros, especialmente mulheres negras, no ensino superior no Brasil ainda é incipiente.

E também demonstrou como, apesar das adversidades, as mulheres negras estão traçando outros caminhos para suas vivências, apontando algumas iniciativas de pesquisa que estão sendo realizadas nos cursos de graduação e pós-graduação em design, bem como, fora da academia, no âmbito do mercado profissional em design e tecnologia, tendo como foco principal as vivências das próprias mulheres negras, como meio de resistência e subvertendo a lógica eurocêntrica.

Com isso, pretendemos contribuir para o campo de estudos em design que discutam adotando uma abordagem interseccional que proponha discussões raciais e de gênero como pontos de atenção. Essa reflexão busca iniciar um debate sobre uma perspectiva não-hegemônica, engajada e interseccional, as assimetrias de gênero, raça e classe ainda gritantes no país. Ao desafiar o pensamento dominante, é preciso considerar o design como ferramenta de transformação social na luta contra o machismo e o racismo como uma forma de promover a justiça social.

Referências

AMARAL, C. S.; DIEDERICHSEN, F. T. B. **Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e de São Paulo: Contexto diverso, pedagogia diversa.** In: Vitruvius, 2021. (<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.258/8323>)

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

BAHIA, S. **Diversidade: caminho para promover justiça social e nas tecnologias não será diferente.** In: Meio&Mensagem, 2023. (<https://www.proxima.com.br/proxima/arquivo/noticias/diversidade-caminho-para-promover-justica-social-e-nas-tecnologias-nao-sera-diferente>)

BESERRA, B.; RÉMI FERNAND LAVERGNE. **Racismo e educação no Brasil.** Recife: Editora UFPE, 2018.

Santos, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos. Modos e significações.** Brasília: Ayõ, 2023 (2015).

Santos, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu, Piseagrama, 2023.

BRASIL. **Decreto n.1331 de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte.** In: Câmara dos Deputados, 2023. (<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>)

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.** In: Planalto 2023. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.)

BRASIL. **Agência Brasil explica: o que é o Sistema S.** In: Agência Brasil 2020. (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/agencia-brasil-explica-o-que-e-o-sistema-s>)

Carlos, Gabriella da Conceição e. **Política de Ações Afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília: Implementação e Primeiros Resultados.** Dissertação (Mestrado, Programa de Mestrado Profissional em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas), Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2023.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade:** A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar. 1ª edição, 2023.

CARVALHO, J. J. DE. **Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora.** Mana, v. 28, n. 3, 2022.

BRASIL. **Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda.** In: Agência de Notícias, 2022. (<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>).

ERBERT, D. **PretaLab: conectando mulheres negras e indígenas ao mercado tecnológico.** In: Dream Labs, 2023. (<https://dreamlabs.com.br/pretalab/>).

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. **Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 21, n. 2, p. 183–193, 2017.

FLORES, Sharon Rigazzo. **A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia à República.** Revista internacional de Educação Superior, v. 3, n. 2, p. 401-416, 2017.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.**

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.** Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf).

Liga de Ciência Preta Brasileira. In: Educa Mais Brasil, 2022. (<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/negros-ainda-tem-baixa-representatividade-de-no-meio-academico>).

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Menezes, Yasmin da Silva. **Entre a ferida aberta e a sutura: a posicionalidade dos estudantes frente às opressões no processo formativo em Design na ESDI/UERJ.** Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Design), Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018. In: Andifes, 2018. (<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>).

O impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais. In: GEMAA, 2013. (<https://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/03/Levantamento-GEMAA-1b.pdf>).

OLIVE, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). **Educação superior no Brasil.** Brasília: CAPES, 2002.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2021). In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. (<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>.)

PORFIRIO, Horrana. **A história do Cadê os Pretos no Design.** In: Medium, 2019. (<https://medium.com/@honporfirio/a-hist%C3%B3ria-do-cad%C3%AA-os-pretos-no-design-4213c484ba1f>).

Procura-se na Pós: onde estão os pesquisadores negros? In: FAAC, 2021. (<https://www.faac.unesp.br/#!/noticia/2120/procura-se-na-pos-onde-estao-os-pesquisadores-negros>).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro e a formação o sentido do Brasil.** [s.l.] São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, Karen. **UX para Minas Pretas: uma iniciativa para formar profissionais do futuro.** In: Medium, 2013. (<https://medium.com/uxmpretas/ux-para-minas-pretas-uma-iniciativa-para-formar-profissionais-do-futuro-c6718b3a1775>).

Santos, Ana Paula Medeiros Teixeira dos. **Tranças, turbantes e empoderamento de mulheres negras: artefatos de moda como tecnologias de gênero e raça no evento Afro Chic (Curitiba-PR).** Dissertação de mestrado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná Curitiba. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, 2017.

SEGATO, R. L. **Cotas:** por que reagimos? Revista USP, n. 68, p. 76–87, 2006.

SOUZA, Jonathan Nunes de. **Entre design e arte: experiência periférica em meio a um campo minado.** Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Design), Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

TUNSTALL, E. **Decolonizing design:** a cultural justice guidebook. Cambridge, Massachusetts: The Mit Press, 2023.

Uerj aprova criação de comissão para validar autodeclaração étnico-racial em concursos. In: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021. (<https://www.uerj.br/noticia/uerj-aprova-criacao-de-comissao-para-validar-autodeclaracao-etnico-racial-em-concursos/>).